



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000451179

DECISÃO MONOCRÁTICA

Agravo de Instrumento Processo nº 2135115-85.2025.8.26.0000

Relator(a): **DANIELA MENEGATTI MILANO**

Órgão Julgador: **16ª Câmara de Direito Privado**

Agravante/ Réu: Porto Seguro Administradora de Consórcios Ltda

Agravado/Autor: Everton Bertolo

Comarca: São Paulo – 3ª Vara Cível do Foro Regional de Itaquera

Juíza de 1ª Instância: Daniella Carla Russo Greco de Lemos

Decisão monocrática nº 23511

Vistos.

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra as decisões (fls. 80/81 e 100 dos autos principais) que, na ação de consignação em pagamento, deferiram o pedido de tutela de urgência para determinar que o réu providencie a liberação de acesso ao aplicativo para permitir o pagamento das parcelas vincendas e a suspensão do leilão extrajudicial.

O réu, ora agravante, sustenta, em síntese, que o autor agendou pagamento para o dia 24/01/2025, mas novamente não cumpriu a obrigação e a partir desse momento foi informado de que as tratativas estavam suspensas, pois a cota estava bloqueada diante da



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

consolidação da propriedade em 21/02/2025, conforme já havia sido intimado na qualidade de devedor fiduciante, nos termos do artigo 26 da Lei 9.514/97. Aduz que não há irregularidade no procedimento adotado, não sendo possível a continuidade do contrato, vez que o agravado não purgou a mora ou comprovou qualquer nulidade no procedimento extrajudicial, não sendo possível a liberação do aplicativo para os pagamentos futuros. Postula o efeito suspensivo e a reforma da decisão.

É o relatório.

O autor ajuizou a ação de consignação em pagamento para o depósito das parcelas vencidas, postulando que fosse liberado o acesso ao aplicativo para a continuidade do pagamento das parcelas, bem como requereu a expedição de ofício ao Oficial de Registro de Imóveis para que fosse comunicado da propositura da ação em caso de eventual consolidação da propriedade. Após ter sido deferida a liberação do acesso ao aplicativo (fls. 80 dos autos principais), o autor requereu a liminar para o cancelamento do leilão extrajudicial agendado para o dia 16/05/2025, pedido que foi deferido.

Assim, não é objeto da ação a discussão sobre os valores consignados ou encargos envolvidos, pois a pretensão se refere ao cancelamento do leilão extrajudicial do imóvel dado em garantia no contrato com cláusula de alienação fiduciária, refletindo, portanto, na garantia e na possibilidade de permanência das cláusulas contratuais a fim de permitir pagamento das parcelas subsequentes.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Dessa forma, a matéria tratada nestes autos é da competência da Terceira Subseção de Direito Privado, conforme Resolução nº 623/2013 deste Egrégio Tribunal de Justiça, artigo 5º, III, “III.3”, que assim dispõe:

“Artigo 5º. A Seção de Direito Privado, formada por 19 (dezenove) Grupos, numerados ordinalmente, cada um deles integrado por 2 (duas) Câmaras, em ordem sucessiva, é constituída por 38 (trinta e oito) Câmaras, também numeradas ordinalmente, e subdividida em 3 (três) Subseções, assim distribuídas:

III – Terceira Subseção, composta pelas 25ª a 36ª Câmaras, com competência preferencial para o julgamento das seguintes matérias:

(...)

III.3 Ações e execuções oriundas de contrato de alienação fiduciária em que se discuta garantia;”.

Nesse sentido, já decidiu este E. Tribunal de Justiça:

*“*AGRAVO DE INSTRUMENTO – Competência recursal – Ação de consignação em pagamento c.c pedido de suspensão de leilão extrajudicial – Tutela de urgência – Decisão deferiu a tutela de urgência para suspender o leilão do imóvel – Alegação de irregularidade no procedimento de leilão extrajudicial, por falta de intimação pessoal para purgar a mora – Discussão não envolve aspectos econômicos ou valores do contrato de financiamento do imóvel, mas a sistemática da própria alienação fiduciária no que tange ao procedimento executivo extrajudicial do imóvel – Matéria afeta à competência da Seção de Direito Privado III do Tribunal (25ª a 36ª Câmaras) – Aplicação do art. 5º, III.3, da Resolução nº 623/13, do C. Órgão Especial do TJSP –*



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Precedentes – Recurso não conhecido com redistribuição.(TJSP; **Agravo de Instrumento 2072598-44.2025.8.26.0000; Relator (a): Francisco Giaquinto; Órgão Julgador: 13ª Câmara de Direito Privado; Foro de Guariba - 1ª Vara Judicial; Data do Julgamento: 28/04/2025; Data de Registro: 28/04/2025)**)

COMPETÊNCIA RECURSAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO C/C TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA. DECISÃO QUE SUSPENDEU O PROCEDIMENTO DE CONSOLIDAÇÃO DA PROPRIEDADE DE IMÓVEL PELO CREDOR FIDUCIÁRIO. MATÉRIA DE COMPETÊNCIA DE UMA DAS CÂMARAS DA TERCEIRA SUBSEÇÃO DE DIREITO PRIVADO – ART. 5º, III.3, DA RESOLUÇÃO Nº 623/2013 DO TJSP. ART. 103 DO REGIMENTO INTERNO DESTA E. TJSP. RECURSO NÃO CONHECIDO E DETERMINAÇÃO DE REDISTRIBUIÇÃO A UMA DAS CÂMARAS DA SUBSEÇÃO DE DIREITO PRIVADO III DO TRIBUNAL. (TJSP; **Agravo de Instrumento 2051089-57.2025.8.26.0000; Relator (a): Júlio César Franco; Órgão Julgador: 22ª Câmara de Direito Privado; Foro de Campinas - 9ª Vara Cível; Data do Julgamento: 27/02/2025; Data de Registro: 27/02/2025)**)

AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE SUSTAÇÃO DE LEILÃO EXTRAJUDICIAL E PURGAÇÃO DA MORA COM CANCELAMENTO DA CONSOLIDAÇÃO DE PROPRIEDADE – Alienação fiduciária de imóvel – Competência recursal – Demanda que visa obstar atos expropriatórios de bem alienado fiduciariamente em procedimento extrajudicial (Lei 9.514/97) – Discussão que se restringe à garantia – Aplicabilidade do artigo 5º, III.3, da Resolução nº 623/2013 – Matéria afeta à Terceira Subseção de Direito Privado (25ª a 36ª Câmaras) – Recurso não conhecido, determinada redistribuição. (TJSP; **Agravo de Instrumento 2389824-23.2024.8.26.0000; Relator (a): Vicentini Barroso; Órgão Julgador: 15ª Câmara de Direito Privado; Foro de Peruíbe - 2ª Vara; Data do Julgamento: 17/01/2025; Data**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

de Registro: 17/01/2025)

COMPETÊNCIA RECURSAL. Consignação em pagamento. Contrato de financiamento. Cláusula de alienação fiduciária com garantia de imóvel. Inadimplência das parcelas incontroversa e alegação de negativa de recebimento do valor pela instituição financeira. Imóvel levado a leilão extrajudicial, na forma da Lei nº 9.514/97. Recorridos que pretendem a suspensão dos efeitos da consolidação da propriedade, mediante depósito em juízo do valor das parcelas vencidas, bem como para ver declarada a quitação da dívida. Matéria afeta a uma das Câmaras da Terceira Subseção de Direito Privado deste E. Tribunal de Justiça, compreendida entre a 25ª e a 36ª, nos termos do art. 5º, III.1, da Resolução TJSP nº 623/2013. Precedentes. RECURSO NÃO CONHECIDO, com determinação. (TJSP; Apelação Cível 1002363-49.2024.8.26.0115; Relator (a): Anna Paula Dias da Costa; Órgão Julgador: 38ª Câmara de Direito Privado; Foro de Campo Limpo Paulista - 1ª Vara; Data do Julgamento: 13/01/2025; Data de Registro: 13/01/2025)

Diante, pois, da incompetência desta 16ª Câmara de Direito Privado, necessária se faz a redistribuição dos autos à Seção competente.

Ante o exposto, **NÃO CONHEÇO** do recurso interposto, com determinação de redistribuição a uma das Colendas Câmaras da Terceira Subseção de Direito Privado deste Egrégio Tribunal de Justiça.

Int.

São Paulo, 9 de maio de 2025.

DANIELA MENEGATTI MILANO
Relatora